

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

4ª Sessão Ordinária de 2026

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 17/3/2026, págs. 1/10)

Data: 24/03/2026

Horário: 09:00

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – Setor de Administração Federal Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília/DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação da Ata da 3ª Sessão Ordinária (10/03/2026).

PROCESSOS COM PEDIDO DE VISTA

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2026 (10/02/2026)

- 1) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00687/2025-20 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
- Advogados: Bruno de Mello Luzente Paulo – OAB/DF n.º 69710; Guilherme Naoum Constante – OAB/DF n.º 62896
- Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Reclamação Disciplinar nº 1.00316/2025-49. Possível recebimento de vantagem indevida, bem como uso de documento falso, dentre outras infrações.
- Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
- Origem: Santa Catarina
- Vista: Cons. Ivana Lucia Franco Cei

Processos com pedido de vista cancelado em razão do término do mandato do vistor

- 2) Proposição nº 1.00393/2019-23
- Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77 do RICNMP.
- Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
- Origem: Distrito Federal
- 3) Reclamação Disciplinar nº 1.01132/2024-89 (Embargos de Declaração)
- Embargante: Walber Luis Silva do Nascimento
- Advogado: Bruno Infante Fonseca – OAB/AM nº 16.619
- Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.
- Relator: Cons. Fernando da Silva Comin
- Origem: Amazonas

- 4) Conflito de Atribuições nº 1.01279/2025-78
Requerente: Ministério Público do Trabalho
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Trabalho. Ministério Público do Estado da Bahia. MPBA IDEA Nº 003.9.489420/2023. MPT NF N.º 000692.2025.05.000/0. Apuração de possíveis irregularidades referentes ao exercício das funções de equipe de enfermagem do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Gey Espinheira, em Salvador/BA.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Bahia

PROCESSOS REMANESCENTES

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária de 2026 (27 e 28/01/2026)

- 5) Proposição nº 1.00892/2024-88
Requerente: Cíntia Menezes Brunetta
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição das diretrizes para a elaboração do Programa de Integridade pelos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, e revoga a Recomendação de Caráter Geral CNMP-CN nº 6/2023.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2026 (10/02/2026)

- 6) Notícia de Fato nº 1.01441/2025-76 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Vinícius Guedes Sin
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Origem: Paraná
- 7) Proposição nº 1.00077/2026-53
Requerente: Edvaldo Nilo de Almeida
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação que dispõe sobre a abstenção de atuação do Ministério Público em contratos de prestação de serviços advocatícios celebrados entre Advogados e seus clientes, salvo nas hipóteses de interesse de incapazes, relevante interesse público ou social.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2026 (24/02/2026)

- 8) Conflito de Atribuições nº 1.01427/2025-09
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Inquérito Policial n.º 0000784-91.2025.8.26.0392. Apuração de possíveis crimes de estelionato e associação criminosa, referente à existência de escritório clandestino de empréstimos consignados, com base em Queimados/RJ, tendo supostamente como alvos pessoas idosas de todo território nacional.
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto
Origem: Rio de Janeiro
- 9) Conflito de Atribuições nº 1.00036/2026-11
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Notícia de Fato nº 02.22.0007.0053022/2025-61. IPL 2022.0077968 – DPF/VRA/RJ. Possível ocorrência dos crimes previstos no art. 19, da Lei nº 7.492/1986 e/ou do art. 171, do Código Penal, referente a possíveis fraudes em financiamentos de carros, no Município de Quatis/RJ.
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto
Origem: Rio de Janeiro

Incluídos na pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2026 (10/03/2026)

- 10) Notícia de Fato nº 1.00498/2025-58 (Recurso Interno)
Recorrente: Partido Social Democrático – Tapira – PR – Municipal
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público Federal aposentado e Membro do Ministério Público do Estado do Paraná. Informa a ocorrência de supostas irregularidades.
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Origem: Paraná
- 11) Proposição nº 1.00667/2025-31
Requerente: Ivana Lucia Franco Cei
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Acréscimo do art. 7º-A na Resolução CNMP nº 212, de 11 de maio de 2020, que “institui o Regimento Interno da Ouvidoria Nacional do Ministério Público”. Divisão de atribuições da Ouvidoria Nacional do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Distrito Federal

- 12) Proposição nº 1.01113/2025-33
- Requerente: Presidência do CNMP
- Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina a obrigatoriedade de residência de membros do Ministério Público na comarca ou na localidade onde há o exercício da titularidade do cargo, regulamenta o exercício presencial das funções ministeriais e administrativas, estabelece critérios excepcionais para autorização diversa e revoga a Resolução CNMP nº 26, de 17 de dezembro de 2007.
- Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
- Origem: Distrito Federal
- 13) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01186/2025-16 (Processo Sigiloso)
- Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Tocantins
- Requerido: Ministério Público do Estado de Tocantins
- Interessado: Membro do Ministério Público do Estado de Tocantins
- Advogados: Cesar Roberto Simoni de Freitas – OAB/TO n.º 8979; Suraia Carvalho Vilela – OAB/TO n.º 009656; Belchior Guimarães Alves Filho – OAB/DF n.º 45.095
- Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 2024.0004152. Julgamento de recurso pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Reforma da decisão.
- Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
- Origem: Tocantins
- 14) Proposição nº 1.01365/2025-44
- Requerente: Karen Luise Vilanova Batista de Souza
- Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
- Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração da Resolução CNMP nº 170, de 13 de junho de 2017, para adequá-la à Lei nº 15.142, de 3 de junho de 2025, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas e quilombolas em concursos públicos, e revoga dispositivos em desconformidade com a nova legislação.
- Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
- Origem: Distrito Federal

- 15) Notícia de Fato nº 1.01440/2025-12 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo
- 16) Conflito de Atribuições nº 1.00106/2026-13
Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Público do Estado de São Paulo. Procedimento n.º 02.2025.00048018-8. Inquérito Policial n.º 2365870-80.2024.100926. Apuração de possível prática de crime contra a ordem tributária, consistente na ausência de recolhimento de ICMS por parte de empresa, após arrematação de mercadorias em leilão promovido pela Receita Federal em São José dos Campos/SP.
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Origem: São Paulo

Processos desta Sessão (24/03/2026)

- 17) Procedimento Avocado nº 1.01100/2018-17 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado da Bahia
Embargado: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogados: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024; Ricardo Lula Machado – OAB/BA n.º 13.522
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Processo Administrativo Disciplinar nº 003.0.5540/2017. Imputação de práticas de crimes de falsidade ideológica e estelionato, dentre outros. Reclamação Disciplinar n.º 1.00624/2016-00. Decisão de avocação.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Morais Diaz
Origem: Bahia
- 18) Conflito de Atribuições nº 1.00027/2025-30 (Embargos de Declaração)
Embargante: Procuradoria Regional da República da 1ª Região
Embargado: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento IDEA nº 003.9.188515/2024. Autos PJE IP 8030345-55.2024.805.0000. Apuração de possível prática de crimes em procedimentos de dispensa de licitação. Município de Ribeira do Amparo/BA.
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Origem: Bahia

- 19) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00333/2025-77
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogado: Bruno Infante Fonseca – OAB/AM nº 16.619
Interessados: Associação Amazonense do Ministério Público; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogados: Antonio Augusto Castelo de Castro Filho – OAB/AM nº 15.917; Ana Luiza Moraes Rebouças – OAB/AM nº 5.891; Daniel Cardoso Gerhard – OAB/MG nº 101473; Juliane Elizabete de Souza Maia – OAB/AM nº 12.643
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas. Manifestação pública indevida. Ofensa à honra e à dignidade do Presidente da República e de Ministros de Tribunais Superiores. Informações constatadas na Reclamação Disciplinar nº 1.01132/2024-89. Portaria CNMP-CODI/CN nº 50/2024.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Amazonas
- 20) Pedido de Providências nº 1.00887/2025-00 (Embargos de Declaração)
Embargante: Bahia Terminais S/A
Advogado: Andre Krull Arnaldo da Silva – OAB/BA nº 25.897
Embargado: Ministério Público Federal
Interessado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF nº 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF nº 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF nº 34.673
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Alegação de conduta irregular por parte de representante ministerial, referente à implantação de Terminal de Uso Privado na região do Porto de Aratu, Município de Candeias/BA.
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Bahia
- 21) Notícia de Fato nº 1.01016/2025-69 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Vagner da Silva Tiburtino
Embargados: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo
- 22) Reclamação Disciplinar nº 1.01022/2025-99 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Anny Karolyny Castro Marques
Recorrida: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Minas Gerais
- 23) Conflito de Atribuições nº 1.01069/2025-52
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria Regional Eleitoral/SP
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Eleitoral no Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Processo nº 1002143-11.2024.8.26.0484. Processo nº 0600008-04.2025.6.26.0103. Apuração de suposto crime contra a honra. Postagem em rede social. Processo Eleitoral. Município de Promissão/SP.
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Origem: São Paulo

- 24) Conflito de Atribuições nº 1.01103/2025-99
Requerente: Procuradoria da República – Acre
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Acre. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.10.000.000983/2025-49. Procedimento SAJ/MP nº 01.2025.00000243-7. Apuração de possível prática de desmatamento ilegal e degradação ambiental ocorrido em área de reserva legal. Reserva Extrativista Chico Mendes. Município de Xapuri/AC.
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Origem: Acre
- 25) Pedido de Providências nº 1.01238/2025-36
Requerente: Andressa Pereira Silva
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Irresignação face a arquivamento da Notícia de Fato n.º 000741-085/2025. Representação face à Prefeitura Municipal de Tabaporã/MT, em razão de preterição imotivada e ilegal de candidatos aprovados em concurso público vigente para o cargo de Procurador Jurídico.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Mato Grosso
- 26) Pedido de Providências nº 1.01256/2025-18 (Recurso Interno)
Recorrentes: Dalva Martins Cunha; Thiago Martins Lima
Recorridos: Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Procuradoria da República – Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público Federal. Requer intervenção do Parquet no processo judicial n.º 5031159-64.2023.8.13.0701. Alegação de negligência médica, com resultado em óbito, bem como adulteração de prontuário médico e atestado de óbito.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Minas Gerais
- 27) Notícia de Fato nº 1.01307/2025-84 (Embargos de Declaração)
Embargante: Karina Bueno Timachi
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Goiás. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Origem: Goiás
- 28) Conflito de Atribuições nº 1.01311/2025-05
Requerente: Procuradoria Regional do Trabalho – 5ª Região/BA
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado da Bahia. NF 000677.2023.05.000/0. Ministério Público do Estado da Bahia. IDEA 003.9.536713/2022. Conflito Negativo de Atribuições. Apura ato da Prefeitura de Lauro de Freitas que realizou cortes nas gratificações e no auxílio alimentação dos servidores de cargos comissionados e temporários. Recebimento de valores abaixo do salário-mínimo.
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Origem: Bahia

- 29) Proposição nº 1.01324/2025-02
Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Federal; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Adoção de medidas que fortaleçam a atuação dos Ministérios Públicos da União e dos Estados nos casos de violência política de gênero, visando consolidar uma cultura jurídica que reconheça e garanta os direitos de todas as mulheres nos espaços relacionados ao exercício de seus direitos políticos e de suas funções públicas.
Relator(a): Cons. Karen Luise Vilanova Batista de Souza
Origem: Distrito Federal
- 30) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01501/2025-23
Requerente: Deusdedit Ferreira Lima Filho
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Atuação insatisfatória. Inércia. Apuração de caso de agressões e bullying escolar cometidos contra pessoa com deficiência (TEA). Descumprimento da Lei n.º 13.431/2017.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Piauí
- 31) Notícia de Fato nº 1.01525/2025-37 (Recurso Interno)
Recorrente: Carlos Eduardo do Santo
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Informa a ocorrência de supostas irregularidades.
Relator(a): Cons. Alexandre Magno Benites de Lacerda
Origem: Minas Gerais
- 32) Notícia de Fato nº 1.00002/2026-63 (Recurso Interno)
Recorrente: Aldan de Araujo Neto
Recorrida: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogados: Atila Pimenta Coelho Machado – OAB/SP n.º 270981; Gabriel Bustamante Pires Leal – OAB/SP n.º 542.586
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa a ocorrência de supostas irregularidades da atuação funcional no bojo de processo judicial.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: São Paulo
- 33) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.00037/2026-75
Requerente: Natalia Queiroz Genuino Oliveira
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Alegação de inércia do Parquet local no âmbito de processo de execução de alimentos de menor.
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Saboia Vieira
Origem: Bahia

- 34) Revisão de Decisão do Conselho nº 1.00065/2026-00
Requerente: Luciano Inojosa Moreira da Rocha
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Pedido de revisão da decisão que indeferiu o prosseguimento da Notícia de Fato nº 1.01102/2024-45. Alegação de existência de prova nova.
Relator(a): Cons. Thiago Roberto Moraes Diaz
Origem: Distrito Federal
- 35) Pedido de Providências nº 1.00075/2026-46
Requerente: Renata Correia Nobile
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Alegação de inexistência de cargo efetivo de arquiteto no quadro de servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas, bem como ausência de previsão do cargo em edital de concurso público atualmente em vigor. Alegação de possível comprometimento da continuidade técnica, bem como dependência de contratações externas e fragilização da atuação institucional em matérias sensíveis ao interesse público.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Alagoas
- 36) Notícia de Fato nº 1.00087/2026-06 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Objeto: Notícia de Fato. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Informa a ocorrência de supostas irregularidades.
Relator(a): Cons. Fabiana Costa Oliveira Barreto
Origem: Rio de Janeiro
- 37) Notícia de Fato nº 1.00093/2026-28 (Recurso Interno)
Recorrente: Marielle Nunes Barcelos
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Informa a ocorrência de supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Distrito Federal
- 38) Conflito de Atribuições nº 1.00111/2026-90
Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Procuradoria da República – Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público Federal. Autos nº 5001472-16.2024.4.03.6005/MS. Autos MPMS nº 08.2025.00157719-8. Inquérito Policial nº 2024.0060889-DPF/PPA/MS. Apuração de crime de ameaça ocorrido na Aldeia Laranjal, Comarca de Jardim/MS.
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Mato Grosso do Sul

- 39) Conflito de Atribuições nº 1.00124/2026-03
Requerente: Procuradoria da República – Pará/Castanhal
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Notícia de Fato nº 1.23.002.001048/2025-21. Indícios de malversação na aplicação de recursos federais, decorrente de contratação de empresa por meio do Contrato Administrativo nº 2023.11.003.
Relator(a): Cons. Greice Fonseca Stocker
Origem: Pará
- 40) Conflito de Atribuições nº 1.00127/2026-66
Requerente: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Requerido: Procuradoria da República – Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público Federal. SIG n.º 07.2026.00000445-0. Destinação irregular de resíduos, no bairro Paranaguamirim, Joinville/SC.
Relator(a): Cons. Clementino Augusto Ruffeil Rodrigues
Origem: Santa Catarina
- 41) Pedido de Providências nº 1.00175/2026-81
Requerente: João Coelho de Carvalho Neto
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Atuação insatisfatória de diversas Promotorias de Justiça. Diversos procedimentos instaurados pelo requerente.
Relator(a): Cons. Ivana Lucia Franco Cei
Origem: Ceará
- 42) Conflito de Atribuições nº 1.00201/2026-80
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Processo SIS n.º 0334.0000028/2026 (Notícia de Fato 1.26.000.001150/2025-35). Desconto de contribuições sindicais não autorizadas, por parte do Sindicato Nacional dos Aposentados Pensionistas e Idosos – SINDNAPI.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: São Paulo
- 43) Pedido de Providências nº 1.00212/2026-89
Requerente: Uliana Fernandes Ferreira Schernikau
Requerido: Procuradoria da República – Paraná
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Irresignação face a arquivamento de notícia-crime.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Paraná

- 44) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00256/2026-81
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa nº 20.23.2612.0000011/2025-86, que admitiu inscrição de Promotor de Justiça de 2ª entrância no Edital nº 007/2025-CSMP, de remoção por merecimento ao cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Umarizal, de 1ª entrância. Pedido de anulação da referida Decisão. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Gustavo Afonso Saboia Vieira
Origem: Rio Grande do Norte
- 45) Conflito de Atribuições nº 1.00262/2026-01
Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.29.000.008480/2025-40. Notícia de Fato nº 01623.000.567/2025. Apuração de irregularidade das obras realizadas pela concessionária com a ampliação da pista do aeroporto no Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre/RS.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Rio Grande do Sul
- 46) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00282/2026-09
Requerente: Helen Caroline Rabelo Rodrigues Alves
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. 33º Concurso público para ingresso na carreira. Provimento de cargos de Promotor de Justiça Adjunto. Suspensão da realização das provas discursivas designadas. Determinação para que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios resolva previamente a controvérsia envolvendo a questão nº 60 da prova objetiva. Pedido liminar.
Relator(a): Cons. Edvaldo Nilo de Almeida
Origem: Distrito Federal

PAULO GUSTAVO GONET BRANCO
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público